

Assunto Re: ENC: RECURSO ADMINISTRATIVO Concorrência nº 01/2022

---

De Arthur Ribeiro Rocha <arrocha@tre-ba.jus.br>

---

Para Angelina Lima <licitacao@pedraconstrutora.com.br>

---

Cc juridico@pedraconstrutora.com.br <juridico@pedraconstrutora.com.br>

---

Data quarta-feira 26 de outubro de 2022 17:08:13

---

Senhor Licitante,

Acuso recebimento do e-mail **nesta data**.

Por oportuno, esclareço a Vossa Senhoria que o e-mail referido ao dia [13/10/2022](#) **não foi recebido por este signatário**.

Tanto é assim que, no dia 14.10.2022, foi enviado e-mail para essa empresa e para a outra licitante habilitada o edital com a convocação para a abertura das propostas, efetivamente ocorrida no dia [19/10/2022](#).

No referido edital de convocação para a abertura das propostas (publicado no Portal da Transparência), restou consignado o transcurso em branco do prazo para apresentação de recurso, em face do julgamento dos documentos de habilitação.

Não é demais lembrar a Vossa Senhoria que a forma da apresentação de recurso encontra-se disciplinada no ato convocatório (Capítulo VII) e que o envio por meio eletrônico do recurso e das contrarrazões é de inteira responsabilidade do licitante remetente, cabendo-lhe o ônus de certificar-se de que houve o efetivo recebimento.

Arthur Ribeiro Rocha  
Presidente da Comissão de Licitação  
TRE | BA

---

**De:** Angelina <licitacao@pedraconstrutora.com.br>  
**Para:** 'Arthur' <arrocha@tre-ba.jus.br>  
**Cc:** juridico <juridico@pedraconstrutora.com.br>  
**Data:** quarta-feira, 26 de outubro de 2022 às 14:15 -03  
**Assunto:** ENC: RECURSO ADMINISTRATIVO Concorrência nº 01/2022

Boa tarde

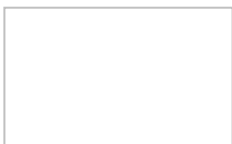
Senhor presidente.

Conforme e-mail enviado no dia 13/10/2022, foi encaminhado a petição de interposição de recurso para a serem analisado.

O recurso foi interposto de forma intempestiva pelos meios indicados, por tanto deveria ter sido aceito e analisado. De ante disso todos os atos subsequente ao não recebimento do

recurso devem ser anulados, solicito que seja feita a forma correta para análise da documentação.

Att,



Angelina Lima Cerqueira

Assistente de licitação

Tel: (75) 3021-0794

---

**De:** Angelina Lima <licitacao@pedraconstrutora.com.br>

**Enviada em:** quinta-feira, 13 de outubro de 2022 15:17

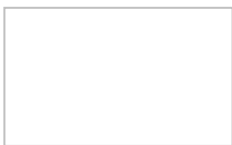
**Para:** 'Arthur Ribeiro Rocha' <arrocha@tre-ba.jus.br>

**Assunto:** RECURSO ADMINISTRATIVO Concorrência nº 01/2022

Boa Tarde

Segue anexo nossa interposição de recurso referente a concorrência nº 01/2022

Att,



Angelina Lima Cerqueira

Assistente de licitação

Tel: (75) 3021-0794



Assunto Re: Interposição de recurso CP 01/2022

---

De Arthur Ribeiro Rocha <arrocha@tre-ba.jus.br>

Para  
Angelina Lima <licitacao@pedraconstrutora.com.br>, protocolo@tre-ba.jus <protocolo@tre-ba.jus>, 'Comissão Permanente de Licitação' <cplic@tre-ba.jus.br>

---

Cc juridico@pedraconstrutora.com.br <juridico@pedraconstrutora.com.br>

---

Data quarta-feira 26 de outubro de 2022 17:05:42

Senhor Licitante,

Acuso recebimento do e-mail **nesta data**.

Por oportuno, esclareço a Vossa Senhoria que o e-mail referido ao dia 13/10/2022 **não foi recebido por este signatário**.

Tanto é assim que, no dia 14.10.2022, foi enviado e-mail para essa empresa e para a outra licitante habilitada o edital com a convocação para a abertura das propostas, efetivamente ocorrida no dia 19/10/2022.

No referido edital de convocação para a abertura das propostas (publicado no Portal da Transparência), restou consignado o transcurso em branco do prazo para apresentação de recurso, em face do julgamento dos documentos de habilitação.

Não é demais lembrar a Vossa Senhoria que a forma da apresentação de recurso encontra-se disciplinada no ato convocatório (Capítulo VII) e que o envio por meio eletrônico do recurso e das contrarrazões é de inteira responsabilidade do licitante remetente, cabendo-lhe o ônus de certificar-se de que houve o efetivo recebimento.

Arthur Ribeiro Rocha  
Presidente da Comissão de Licitação  
TRE | BA

---

**De:** Angelina <licitacao@pedraconstrutora.com.br>  
**Para:** protocolo <protocolo@tre-ba.jus>; 'Comissão <cplic@tre-ba.jus.br>  
**Cc:** juridico <juridico@pedraconstrutora.com.br>  
**Data:** quarta-feira, 26 de outubro de 2022 às 14:23 -03  
**Assunto:** Interposição de recurso CP 01/2022

Boa tarde

Prezados,

Tendo em vista a concorrência 01/2022 Contratação de Empresa de Engenharia ou Arquitetura para a execução dos serviços da 2ª etapa da reforma do Edifício Anexo III do Tribunal Regional

Eleitoral da Bahia, vimos reforça nosso pedido de analise a nossa Petição de interposição de recurso Administrativo, sobre a DECISÃO nº 2126260 / 2022 - PRE/COMISS2058.

Venho solicitar novamente que seja considerado nosso envio do recurso intempestivo a analise dessa fase conforme anexo.

Att,



Angelina Lima Cerqueira

Assistente de licitação

Tel: (75) 3021-0794

**ILMO SR. PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DA LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.**

**Ref.: Concorrência nº 01/2022**

**Objeto: A Contratação De Empresa De Engenharia Ou Arquitetura Para A Execução Dos Serviços Da 2ª Etapa Da Reforma Do Edifício Anexo III Do Tribunal Regional Eleitoral Da Bahia.**

**PEDRA CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.033.387/0001-88, com sede na Rua Barão do Cotegipe, nº 257, Centro Feira de Santana, Bahia, representada neste ato por seu sócio(a) administrador Sr. Vinícius de Araújo Pedra, já qualificado nos termos do contrato social, por intermédio de sua procuradora, que esta subscreve, vem, respeitosamente à presença de V.S.ª., interpor

#### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

com as inclusas razões, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea “b” e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, da Lei Federal nº 8.666/93, expor e requerer o que segue:

#### **I. PERLIMINARMENTE**

##### **I.1 - DO EFEITO SUSPENSIVO**

Requer a RECORRENTE, sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, **concedendo efeito suspensivo à HABILITAÇÃO DA EMPRESA BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA LTDA**, aqui impugnada até julgamento final na via administrativa, nos termos a seguir:



*Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*§ 2º O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.*

*(...)*

*§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.*

## **RAZÕES DO RECURSO**

### **II - DOS FATOS**

Atendendo ao chamamento da Comissão Permanente de Licitação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, designada pela Portaria n.º 207, de 02 de dezembro de 2021, para o certamente licitatório, o qual objetiva **Contratação de Empresa de Engenharia ou Arquitetura para a execução dos serviços da 2ª etapa da reforma do Edifício Anexo III do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**, a RECORRENTE participou de **Licitação Pública** sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA**, sob o número do processo em epígrafe.

Iniciada a verificação de cumprimento dos requisitos técnicos exigidos pelo edital para habilitação, a CPL, inicialmente, entendeu pela necessidade de abertura de prazo para cumprimento de diligência, o qual restou fixado em dois dias úteis, tendo sido constado, com relação a BARBOSA IGLESIAS, o seguinte:

**BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA LTDA: Não logrou êxito em comprovar, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREAe/ou CAU, acompanhada do**



*respectivo atestado fornecido pela contratante dos serviços, de que os responsáveis técnicos da licitante executaram serviços compatíveis com as parcelas mais relevantes e de valor significativo do objeto da licitação, na forma abaixo: a.1) Profissional habilitado que tenha executado obra ou reforma de execução de estrutura metálica (ausência de capacidade técnico-profissional).* (grifo nosso)

Dando sequência a análise, após findado o prazo para cumprimento de diligências, a CPL atestou que somente a Barbosa Iglesias respondeu à intimação, a qual restou por se manifestar nos seguintes termos. Vejamos:

*em conformidade com a cláusula 3.3.5.2.b1 do respectivo Edital, apresentara, à fl. 47 da documentação, a declaração de contratação futura assinada pelo responsável técnico, o Senhor Claudio Raimundo Pinheiro Iglesias, acompanhada das CAT's (certidão de Acervo Técnico) – fls. 66 à 72.*

Ato contínuo, no dia 05/10/2022, considerada acolhida as justificativas da licitante impugnada, sob o fundamento de que: *De fato, a Comissão constatou que os documentos mencionados foram apresentados pela referida licitante e atendem plenamente ao previsto no edital, no tocante à sua capacidade técnico-profissional, a CPL declarou como habilitadas a BARBOSA IGLESIAS e a ora Recorrente, inabilitando todas as demais licitantes.*

Ocorre que, em que pese as considerações da r. decisão, observa-se de uma análise mais acurada da documentação, que a empresa habilitada, Barbosa Iglesias, não restou por cumprir todos os requisitos atinentes à documentação da capacidade técnico-profissional, visto que, **AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NAS ALÍNEAS "B.1" E "C" DO ITEM 3.3.5.2 DO EDITAL, NÃO FORAM DEVIDAMENTE ATENDIDAS PELA LICITANTE IMPUGNADA,** motivo pelo qual a r. decisão deve ser revista, para



declarar a INABILITACAO DA BARBOSA IGLESIAS, sob pena de incorrer em estrita ilegalidade, conforme será demonstrado a seguir.

### III – DO DIREITO

#### III.1 – DO NÃO CUMPRIMENTO 3.3.5.2, NAS SUAS ALÍENAS “B.1” E “C” DO EDITAL PELA EMPRESA BARBOSA IGLESIAS/ DA ILEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO

Inicialmente, imperioso se faz destacar que à Administração pública só é dado o direito de realizar seus atos de **ACORDO COM O DETERMINADO POR LEI**.

Assim, por mais simplório que seja o ato que a Administração venha praticar, este deve encontra-se estritamente baseado e protegido por uma norma (*lato sensu*). Caso contrário, não poderá surtir qualquer efeito no mundo jurídico, em razão da inexistência da sua eficácia.

Vindo a gerar efeitos, estes devem retroagir até o ato ilegal, mantendo as condições de origem.

No caso dos autos, a empresa BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA, em que pese não atender o item **3.3.5.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL** do edital, restou habilitada pela Comissão Permanente, de forma equivocada, visto que a referida empresa não restou por apresentar a DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA DO PROFISSIONAL do Engenheiro CLÁUDIO RAIMUNDO PINHEIRO, descumprido claramente o quanto objetivado em edital, posto que o termo de compromisso por si só anexado não supre as exigências contidas na alínea B.1, haja vista que não restou demonstrado o vínculo profissional do declarante com a empresa licitante, seja por CTPS ASSINADA, POR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ou CONTRATO SOCIAL, seja por CERTIDÃO DE REGISTRO DA LICITANTE NO CREA COM O NOME DO RESPECTIVO PROFISSIONAL, OU, por fim, pela PROPRIA DECLARACAO DE CONTRATACAO FUTURA. Vejamos.

O item **3.3.5.2** do edital diz que:

#### **3.3.5.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**



**b) Comprovante de que os profissionais detentores dos Atestados de Responsabilidade Técnica (ART) ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) integra(m) o quadro permanente da licitante na data da licitação.**

**b.1) A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante no CREA/CAU, desde que nesta Certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional.**

Ademais, destaca-se que mesmo tendo a impugnante a oportunidade de repassar a sua documentação, a mesma não restou por regularizar as eventuais pendências existentes, entendendo a CPL pela conclusão de habilitação da mesma, sem a observância do quanto destacado acima, restando por ferir o princípio do estrito cumprimento do edital e da legalidade, assim como o princípio da isonomia na concorrência, em detrimento dos demais correntes que tiveram que observar detalhadamente todas as exigências constantes na carta convocatória.

Destaca-se abaixo o único documento apresentado sem a declaração de contratação futura (fls. 47 – documentação da empresa impugnada), veja-se.

#### TERMO DE COMPROMISSO

DECLARO que, assumirei a responsabilidade técnica pela obra/serviços e o compromisso de permanecer integrante do quadro da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a está adjudicado, tudo para fiel e exata execução contratual.

Atenciosamente,



Claudio Raimundo Pinheiro Iglesias  
Engenheiro Civil  
CREA BA – 24977/D



Diante disso, conclui-se que **O EDITAL NÃO EXIGE APRESENTAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DO PROFISSIONAL TÉCNICO RESPONSÁVEL, MAS SIM O TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA DO PROFISSIONAL** com **anuência deste**, o que resulta na responsabilidade do licitante de cumprir com o quanto declarado sob pena de descumprimento legal, em caso de futura contratação, o que faz gerar segurança ao objeto público contratado e a sociedade, garantindo que o quanto pactuado em sede de processo licitatório seja reproduzido na fase de execução do contrato.

Para além disso, necessário se faz evidenciar novamente a imperiosa observância e aplicação do princípio do devido cumprimento do edital e da isonomia em todo o processo, pelo que requer **seja declarada inabilitada a impugnante.**

Não obstante, há de se destacar, ainda, o não cumprimento do item 3.3.5.2, alínea "c", visto não restou declarada e comprovada pelo licitante impugnado que o mesmo dispõe de equipe mínima nos termos do edital, conforme previsão abaixo. Veja-se.

***c) Declaração de que a licitante dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços. Os técnicos deverão estar registrados no CREA/CAU nos casos em que a legislação exigir. A equipe mínima deverá ser composta de:***

Observa-se do referido item, a exigência de que a licitante disponha de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços; que os técnicos deverão estar registrados no CREA/CAU nos casos em que a legislação exigir e por fim, a quantidade mínima de profissionais a serem compostos dentro de suas respectivas funções.

Acontece que a empresa Barbosa Iglesias, ora impugnada, **restou por apresentar uma declaração genérica de que dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços, NÃO CITANDO SEQUER A DISPONIBILIDADE DE 01 (UM) TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**, deixando de apresentar, portanto,



minimamente a indicação e comprovação dos profissionais abaixo relacionados, conforme se verifica, igualmente, do documento anexo, em destaque:

*c.2) 01 (um) técnico de segurança no trabalho, que responderá pelos serviços relativos à área de segurança do trabalho e serviços correlatos, com dedicação exclusiva à obra;*

*c.4) 01 (um) mestre de obras com dedicação exclusiva à obra;*

*c.5) 01 (um) encarregado de carpintaria que estará na obra durante os serviços correlatos a sua área;*

*c.6) 01 (um) topografo e 01 (um) auxiliar de topografo que estarão na obra durante os serviços correlatos a sua área;*

*c.7) 01 (um) almoxarife que responderá pelos serviços relativos à área de administração financeira, compra, apontador da obra, com dedicação exclusiva à obra;*

*c.8) 01 (um) auxiliar de escritório, com dedicação exclusiva à obra;*

*c.9) vigilância noturna, com experiência comprovada na área; a licitante poderá utilizar-se de vigilância eletrônica, arcando, contudo, com eventuais danos que a falta de pessoal possa ocasionar aos serviços e ou aos seus bens.*

### Declaração de composição de equipe técnica

De acordo com item 3.3.5.2 da Capacidade técnico-profissional deste Edital, a empresa BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA LTDA, dispõe de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços.

Profissional Técnico	Qualificação	CREA ( N° Registro)
Claudio Raimundo Pinheiro Iglesias	Responsável Técnico – Engenheiro Civil	0500667209
Sergio Ferreira Santos Najar	Responsável Técnico Engenheiro Civil Residente.	0500076383
Antonio Ferreira Santos Najar	Engenheiro Civil Residente.	0501848380
Osvan Rodrigo dos Santos Ramos	Engenheiro de Segurança no Trabalho.	3000053938
	Mestre de Obras.	
	Encarregado de Carpintaria.	
	Topografo.	

	Auxiliar de Topografia.	
	Almoxarife.	
	Auxiliar de Escritório.	
	Vigilante.	

De acordo com a documentação acima, observa-se que foi apresentada uma equipe de profissionais compostas apenas por 03 (três) engenheiros civis e **(item c.1)** e 01(um) engenheiro de segurança no trabalho, **(item c.3)** descumprindo o exigido nos demais subitens da alínea c, conforme previsto na carta convocatória, o que representa **NOVAMENTE, ILEGALIDADE NA HABILITAÇÃO DA BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA LTDA.**

Claramente o edital faz menção específica a tais cargos, inclusive destacando ser necessário 01 ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E MAIS 01 TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, não podendo um suplantar a função do outro nesse caso, o que por si só já restaria por demonstrar que a declaração da impugnante não pode ser acolhida.



No mesmo sentido, a não demonstração mínima de equipe qualificada para atender o item e subitens da alínea c, da cláusula 3.3.5.2 do edital, mediante a não indicação e comprovação técnica desses profissionais, é motivo excludente da habilitação da Barbosa Iglesias, por não atender as exigências quanto a capacidade técnica exigida para habilitação neste certame.

Assim, a inexistência do cumprimento do item 3.3.5 do edital pela empresa BARBOSA IGLESIAS é falta gravíssima a sua manutenção.

Por conseguinte, o § 4º do art. 41 da Lei nº 8.666/93 é muito incisivo e inquisitivo no sentido de que a Administração Pública não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, ou, como aborda Hely Lopes Meirelles “o edital é a lei interna da licitação”.

Deste modo, por tudo acima elencado, a Recorrente PEDRA CONSTRUTORA LTDA, requer a INABILITAÇÃO da empresa **BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA LTDA**, em razão do seu não cumprimento estrito do edital, devendo, assim, a Comissão Permanente revogar o último ato processual, a fim de resguardar o princípio da legalidade, da probidade administrativa e da vinculação estrita ao ato convocatório, sob pena das responsabilidades cabíveis.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, a RECORRENTE requer:

##### **IV.1 - Preliminarmente:**

- a) Lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão Permanente de Licitação, reconsidere sua decisão e, não sendo este o entendimento, faça este recurso subir, devidamente informado, à autoridade superior, para sua apreciação e julgamento em conformidade com o parágrafo 4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/1993.



- b) Requer ainda a aplicação do efeito suspensivo à habilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa, nos termos do §2º, do art. 109, da referida lei acima.

**IV.2 – No Mérito:**

Requer, Vossa Excelência, seja conhecida as razões do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, dando-lhe **TOTAL PROVIMENTO**, para:

- a) Reformar a decisão que declarou a empresa **BARBOSA IGLESIAS CONSTRUTORA LTDA** como HABILITADA, para, assim, DESABILITAR A MESMA PARA CONTINUAÇÃO DA CONCORRENCIA, haja vista que conforme demonstrado nas razões acima, o princípio da legalidade, da isonomia, da probidade administrativa e da soberania do edital foram afrontados.
- b) Requer seja o pedido acima acolhido, sob pena de responsabilização de realização de ato em desconformidade legal, bem como sob pena de frustração aos princípios já destacados.

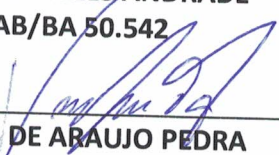
Nesses termos,

Pede deferimento.

Feira de Santana-Ba, 13 de Outubro de 2022.

**LUCAS FONSECA DE MACEDO**  
Estudante de Direito

**ISABELA SÁ TELES ANDRADE**  
OAB/BA 50.542



**VINICIUS DE ARAUJO PEDRA**  
**REPRESENTANTE LEGAL DA PEDRA CONSTRUTORA LTDA**

**STeles**

**Advocacia e Consultoria**

**PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**


**OUTORGANTE: PEDRA CONSTRUTORA LTDA**, inscrição no CNPJ n. 23.033.387/0001-88, com sede na Rua Barão de Cotegipe, n. 257, bairro Centro, Feira de Santana, Bahia, neste ato representada, por seu Sócio Administrador, **VINICIUS DE ARAUJO PEDRA**, brasileiro, casado, empresário, portador de RG nº 11.123.506-59, e inscrito no CPF sob o nº 835.316.295-49, residente e domiciliado nesta cidade.

**OUTORGADO: DRA. ISABELA SÁ TELES ANDRADE**, brasileira, maior, casada, advogada, devidamente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional deste Estado, sob o nº. 50.542, com endereço profissional na Rua Gov. Juraci Magalhães, nº 853, Ponto Central, Feira de Santana, Bahia.

**PODERES:** por este instrumento particular de procuração, a empresa Outorgante confere à Outorgada os poderes inerentes à cláusula *ad judicium et extra*, e mais os especiais, para dentro e fora do foro judicial, perante qualquer grau de jurisdição ou juízo, instância ou tribunal, e, ainda, os poderes para **promover firmar compromisso, receber citação, notificações e interpelações, dar quitação, solicitar certidões, atestados, propor ações judiciais, de toda e qualquer natureza, interpor recurso e quaisquer outros incidentes judiciais ou administrativos, inclusive exceção de suspeição e impedimento, reconhecer a procedência do pedido, transigir, confessar, desistir, renunciar ao direito em que se funda a ação, acordar, concordar, discordar, requerer, impugnar, indicar assistente técnico, receber, levantar alvará ou receber alvará judicial e extrajudicial, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes**, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Os poderes específicos acima outorgados **poderão** ser substabelecidos.

Feira de Santana-Ba, 01 de Janeiro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**PEDRA CONSTRUTORA LTDA**  
Vinicius de Araujo Pedra  
Sócio Administrador